

DELINEIAM-SE TRÊS MUNDOS DE MAO ZEDONG: ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL E A CHINA NO SÉCULO XXI

João Victor de Oliveira Villaça,

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2024

Resumo: Este artigo revisita o debate sobre os “Três Mundos”, proposto por Mao Zedong durante a Guerra Fria, e analisa sua relevância para a compreensão da administração internacional da China no século XXI. A teoria original, que dividia o mundo em superpotências hegemônicas, potências imperialistas e nações submetidas ao capitalismo burocrático, é contraposta à reinterpretação de Deng Xiaoping, que priorizou a modernização econômica e a integração da China na ordem global. A pesquisa explora como a China, ao ascender como potência econômica e militar, utiliza estratégias multilaterais e bilaterais que refletem contradições entre cooperação e exploração. A análise abrange a participação da China em blocos como o BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), bem como seus investimentos em setores estratégicos na América Latina e África. O objetivo é demonstrar como a China, ao mesmo tempo em que desafia a hegemonia ocidental, reproduz padrões de subordinação econômica, evidenciando a persistência de uma lógica imperialista no cenário internacional contemporâneo.

Palavras-chave: Mao Zedong, Deng Xiaoping, Três Mundos, Administração Internacional, China, Imperialismo, BRICS, SCO.

Title: Delineating Three Worlds from Mao Zedong to China's International Administration in the 21st Century

Abstract: This article revisits the Three Worlds Thesis, proposed by Mao Zedong during the Cold War, and analyzes its relevance to understanding China's international administration in the 21st century. The original theory, which divided the world into hegemonic superpowers, imperialist powers and nations subject to bureaucratic capitalism, is contrasted with Deng Xiaoping's reinterpretation, which prioritized China's economic modernization and integration into the global order. The research explores how China, in its rise as an economic and military power, uses multilateral and bilateral strategies that reflect contradictions between cooperation and exploitation. The analysis covers China's participation in blocs such as BRICS and the Shanghai Cooperation Organization (SCO), as well as its investments in strategic sectors in Latin America and Africa. The aim is to demonstrate how China, while challenging Western hegemony, reproduces patterns of economic subordination, showing the persistence of an imperialist logic on the contemporary international stage.

Keywords: Mao Zedong, Deng Xiaoping, Three Worlds, International Administration, China, Imperialism, BRICS, SCO.

Introdução

O debate sobre os Três Mundos, desenvolvido por Mao Zedong durante a Guerra Fria, propõe uma divisão baseada na polarização ideológica, econômica e militar da época. Essa teoria categoriza o mundo em três esferas: as superpotências hegemônicas (Primeiro Mundo), as potências imperialistas (Segundo Mundo) e o Terceiro Mundo que são as nações submetidas ao capitalismo burocrático. Segundo Amorim (2017), países submetidos ao capitalismo burocrático são aqueles em que o domínio imperialista se articula com a manutenção de estruturas semifeudais, caracterizadas pela concentração fundiária em grandes latifúndios e pela persistência de relações de produção pré-capitalistas, como a semiservidão. Essa configuração, combinada com um Estado altamente burocratizado que favorece tanto os interesses da elite latifundiária quanto das nações imperialistas, resulta em um atraso estrutural que impede a modernização do sistema econômico e social.

O objetivo deste artigo é investigar a reconfiguração dos paradigmas dos Três Mundos, originalmente formulados por Mao Zedong, que foi deliberadamente reinterpretada por Deng Xiaoping para legitimar a abertura econômica da China e o estreitamento de relações com potências imperialistas. Essa mudança não ocorreu de forma acidental, mas como parte de uma estratégia pragmática para ajustar a retórica revolucionária em uma retórica de abertura de mercado, marcada pela “modernização” econômica. Atualmente, observa-se uma revisão crítica do discurso maoísta, apontando que muitos dos elementos da antiga teoria dos Três Mundos deveriam, na verdade, ser atribuídos às estratégias de Deng Xiaoping. Dessa forma, o artigo contribui para uma compreensão mais aprofundada do papel da China no cenário internacional contemporâneo, evidenciando as contradições entre estratégias multilaterais e bilaterais e suas implicações para a ordem geopolítica global.

O primeiro documento oficial sobre essa discussão de Mao Zedong já era uma revisão de Deng Xiaoping feita pelo Editorial Department of Renmin Ribao em 1977 e foi publicado como uma “teoria” ou “tese” já antes desenvolvida por Mao. Como podemos ver:

“Em uma conversa com o líder de um país do terceiro mundo, em fevereiro de 1974, o Presidente Mao disse: "Na minha opinião, os Estados Unidos e a União Soviética formam o primeiro mundo. O Japão, a Europa e o Canadá, como seção intermediária, pertencem ao segundo mundo. Nós somos o terceiro mundo. O terceiro mundo possui uma população

enorme. Com exceção do Japão, a Ásia pertence ao terceiro mundo. Toda a África pertence ao terceiro mundo, e a América Latina também." (RENMIN RIBAO, 1977).

Em 1974, Mao Zedong encarnava a legitimidade revolucionária e o compromisso ideológico fundante da China socialista. Como responsável pela luta de classes e pelo caráter revolucionário do país, Mao era visto como o arquétipo do líder que mobilizava as massas para perpetuar o espírito combativo do socialismo. Por outro lado, Deng Xiaoping, apesar de ainda não ter assumido plenamente a liderança (o que só ocorreria após a morte de Mao em 1976), já personificava uma corrente emergente de pragmatismo e modernização econômica. Enquanto Mao sustentava uma visão ideológica e centrada na contínua revolução, Deng começava a articular uma alternativa que priorizava a eficiência econômica, a abertura ao mercado e a adaptação das políticas marxista-leninistas à realidade internacional. Dessa forma, para a China socialista de 1974, Mao simbolizava a firmeza do ideal revolucionário e a tradição política estabelecida, enquanto Deng representava a semente de uma transformação que, posteriormente, permitiria a inserção da China no contexto global moderno.

Ludo Martens (2020) ex-presidente do Partido Comunista da Bélgica apresentou em suas pesquisas que os dez anos de reformas iniciadas por Deng Xiaoping propiciaram um avanço material inegável na China, embora tenham concomitantemente ampliado a influência do capitalismo e do imperialismo, ampliando a base econômica das novas classes sociais com potencial contrarrevolucionário. Em seu estudo, Martens destaca que a liberalização e abertura do mercado impulsionaram setores econômicos capazes de desafiar o socialismo, culminando, em parte, no que ficou conhecido como “movimento pela democracia” ocorrido na Praça TianAnMen.

Segundo dados apresentados pela pesquisa de Ludo Martens (2020), a partir do final de 1988, conforme informações da Beijing Information, a China firmou 16.325 ofertas de importação de capital estrangeiro, totalizando 79,2 mil milhões de dólares, dos quais 33 milhões foram obtidos via empréstimos e 11,5 milhões por investimentos diretos, evidenciando a predominância de investidores de Hong Kong, Japão e Estados Unidos. Essa entrada de capital permitiu a introdução dos ideais econômicos do imperialismo mundial no país; por exemplo, em 12 de setembro de 1988, Zhao Zhiyang chegou a elogiar as ideias de Milton Friedman, enquanto o presidente da Chrysler, Lee Iacocca, ministrou conferência sobre espírito empresarial no Salão da Assembleia do Povo (MARTENS 20). Ainda, a Comissão para a Reforma do Sistema Econômico, ao ouvir a opinião de 1.500 especialistas

estrangeiros, concluiu que havia muito a aprender com o desenvolvimento econômico ocidental, sobretudo nas áreas de finanças, gestão empresarial, formação de preços, política de investimentos e controle da inflação.

Na esfera ideológica, Martens (2020) ressalta que, durante esse período, o elevado número de estudantes chineses que cursaram universidades nos Estados Unidos contribuiu para que o Partido Comunista chinês ampliasse o culto aos avanços tecnológicos e à sociedade de consumo estadunidense, promovendo, inclusive, a difusão de rádios do imperialismo, como a Voz da América e a BBC, e o aumento significativo das comunicações internacionais, evidenciado pelo triplo de chamadas telefônicas entre os EUA e a China em um curto intervalo de tempo.

Ludo Martens (2020) colheu o depoimento de Milton Friedman e Li Shaomin, um ex-guarda vermelho e um ex-aluno de Pequim também médico da Universidade de Princeton nos EUA, agora trabalha para a AT & T. sua posição é muito representativa da de muitos chineses que estudaram no Ocidente:

“Muitos intelectuais chineses, incluindo eu, temos chegado a considerar a Formosa como um modelo para a reforma econômica na China. (...) A propriedade privada e o livre mercado são os fundamentos da liberdade política. (...) As instituições capitalistas proporcionam prosperidade e liberdade, as instituições comunistas, a pobreza e o caos. (...) Com Formosa como exemplo, a República Popular da China é mais propensa que outros países comunistas a refutar a doutrina marxista e realizar as reformas.” (MARTENS 2020)

Com isso, Milton Friedman disse:

“Eu sou mais otimista com respeito à China que à União Soviética. Os chineses têm este grande recurso da China de fora. O êxito dos chineses em Hong Kong, Singapura, Formosa, tem criado na China uma inspiração que o exemplo da Polônia, Hungria e Iugoslávia não pode dar à União Soviética.” (MARTENS 2020)

Uma enquete levada a cabo por Li Shaomin entre 607 estudantes chineses nos Estados Unidos, 90% se manifesta favorável à supressão da referência ao marxismo-leninismo e a liderança do Partido Comunista na Constituição e 86% disse que a China tem que se basear na experiência de Formosa, e 60% estava a favor de uma economia liberal no estilo de Formosa (MARTENS 2020).

A “Teoria” Original dos Três Mundos: Origens e Fundamentação

O debate dos Três Mundos, proposto por Mao Zedong durante a Guerra Fria, baseia-se nos princípios do materialismo dialético e interpreta as relações internacionais como uma extensão da luta de classes em escala global. É importante lembrar que o conceito *tripartite* originou-se com Alfred Sauvy, que em 1952 cunhou o termo “Terceiro Mundo” ao comparar os países não alinhados com o Terceiro Estado da França pré-revolucionária (SAUVY, 1952). Em contraste, Mao desenvolveu sua própria interpretação, utilizando também como referência três esferas globais, que, embora dialogue com a ideia tripartite, enfatiza as contradições internacionais sob a perspectiva do materialismo dialético. Uma análise materialista dialética, conforme explicada no Dicionário de Filosofia (TEIXEIRA, 2024), consiste em interpretar os fenômenos sociais e históricos a partir da identificação das contradições internas que movem o desenvolvimento da realidade, partindo da primazia da matéria e reconhecendo que a transformação dos processos se dá pelo conflito dinâmico entre os opostos. Os opostos do estudo de Mao Zedong, seriam as classes antagônicas que se formaram durante o período histórico da China e no mundo, elas que movimentam de forma quantitativa até o ponto de ruptura com as relações de produção (salto qualitativo).

Dividindo o mundo em três grandes esferas, em 22 de fevereiro de 1974, o Presidente Mao Zedong registrou verbalmente pela primeira vez o começo da formulação do que viria a se tornar uma tese:

“Chairman Mao Zedong (doravante denominado Mao):
Esperamos que o Terceiro Mundo se una. O Terceiro Mundo tem uma grande população!

Presidente Kenneth David Kaunda (doravante denominado Kaunda): Isso mesmo.

Mao: A quem pertence o Primeiro Mundo?

Kaunda: Acho que deve ser o mundo dos exploradores e imperialistas.

Mao: E o Segundo Mundo?

Kaunda: Aqueles que se tornaram revisionistas.

Mao: Eu sustento que os EUA e a União Soviética pertencem ao Primeiro Mundo. Os elementos intermediários, como Japão, Europa, Austrália e Canadá, pertencem ao Segundo Mundo. Nós somos o Terceiro Mundo.

Kaunda: Concordo com sua análise, Sr. Presidente.

Mao: Os EUA e a União Soviética possuem muitas bombas atômicas, e são mais ricos. A Europa, o Japão, a Austrália e o Canadá, do Segundo Mundo, não possuem tantas bombas atômicas e não são tão ricos quanto o Primeiro Mundo, mas são mais ricos do que o Terceiro Mundo. O que acha desta explicação?

Kaunda: Sr. Presidente, sua análise é muito pertinente e correta.

Mao: Podemos discutir isso.

Kaunda: Acho que podemos chegar a um acordo sem discussão, pois acredito que essa análise já é bastante pertinente.

Mao: O Terceiro Mundo é muito populoso.

Kaunda: Exatamente.

Mao: Todos os países asiáticos, exceto o Japão, pertencem ao Terceiro Mundo. Toda a África e também a América Latina pertencem ao Terceiro Mundo.

(Do registro literal)”

Zedong, Mao. Mao Zedong: *Question on Differentiation of the Three Worlds*. Washington, DC: Wilson Center Digital Archive, s.d.

Com isso, em 1977, após a morte de Mao em 1976, o *Renmin Ribao* publicou sua análise de forma mais aprofundada e adicionando conceitos que não tinham sido explicitados anteriormente. O que levou a considerações erradas com base em em *Deng Xiaoping*. Vamos utilizar trechos que serão úteis para a discussão desse problema do próprio *Editorial*, porém primeiro, analisaremos quais foram os critérios de avaliação para categorizar os países em *primeiro, segundo e terceiro mundo*. Segue a análise do Editorial Department of Renmin Ribao em 1977:

“Para compreender corretamente a tese do Presidente Mao sobre a diferenciação dos três mundos, devemos aplicar o materialismo dialético ao avaliar fenômenos políticos internacionais contemporâneos e partir da realidade, não de abstrações, assim como Lenin e Stalin fizeram ao discutir as conexões entre problemas nacionais e internacionais, afirmando que estes “não devem ser considerados isoladamente, mas em uma escala mundial” e “devem ser avaliados não do ponto de vista da democracia formal, mas do ponto de vista dos resultados reais, conforme demonstrado pelo balanço geral da luta contra o imperialismo.” (RENMIN RIBAO, 1977).

Durante a Guerra Fria, a exploração econômica e militar por parte das superpotências hegemônicas era evidente. Estima-se que cerca de 80% das commodities exportadas pelos países do Terceiro Mundo tinham como destino os Estados Unidos ou a União Soviética, enquanto as importações de tecnologia perpetuavam a subordinação estrutural (UNCTAD, 1975).

a) Primeiro Mundo: Superpotências Hegemônicas

O Primeiro Mundo era composto pelos Estados Unidos e pela União Soviética, que representavam as maiores potências imperialistas e social-imperialistas respectivamente. Essas nações competiam pelo domínio global, impondo suas agendas econômicas, políticas e militares. O termo Social-Imperialismo usado por Mao Zedong foi primeiro utilizado por Lenin em 1916:

“A ideologia imperialista penetra mesmo no seio da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China. Se os chefes daquilo a que agora chamam Partido "Social-Democrata" da Alemanha foram justamente qualificados de "**sociais-imperialistas**", isto é, de socialistas de palavra e imperialistas de fato...” (LENIN, Vladimir Ilyich. TOMO I *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. p. 656 .1 ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.)

Exemplos que confirmam as posições dessas potências:

Estados Unidos: No âmbito militar, visando dominar nações submetidas ao imperialismo e se apropriar de recursos naturais essenciais, pontos geográficos e vias de transporte cruciais, essas potências empregam diversas estratégias para monopolizar o acesso a armamentos para influenciar diretamente a formação e as operações militares locais. (RENMIN RIBAO, 1977)

União Soviética: Controle sobre economias socialistas, com o maior exemplo de Cuba, onde práticas de dominação eram mascaradas sob a retórica do internacionalismo socialista. A adesão cubana ao COMECON, conforme análise de Mesa-Lago (1981), consolidou um modelo econômico subordinado à exportação de açúcar, alinhado aos interesses soviéticos, em detrimento da autonomia nacional cubana.

b) Segundo Mundo: Potências e Países Imperialistas:

O Segundo Mundo incluía países como Japão, Canadá e nações europeias industrializadas. Embora fossem potências econômicas, sua capacidade de exercer hegemonia global era limitada por conta dos EUA e da URSS. O segundo mundo, na teoria maoísta, é composto por países industrializados que, embora não integrem o núcleo das superpotências hegemônicas (primeiro mundo), possuem alianças estratégicas e explorações econômicas com estas. Essas nações, como membros da OTAN sendo simultaneamente rivais e parceiros das potências dominantes (EDITORIAL DEPARTMENT OF RENMIN RIBAO, 1977).

c) Terceiro Mundo: Força Revolucionária:

O terceiro mundo, conforme teorizado pelo Presidente Mao Zedong em Renmin Ribao (1977), é composto por nações oprimidas da Ásia, África, uma parte da Europa Oriental e a América Latina, que historicamente enfrentam as potências imperialistas, sendo consideradas a principal força motriz na luta global contra o hegemonismo das superpotências (primeiro mundo) para emancipação de sua nação. Apesar das diversidades culturais e políticas, esses países compartilham o objetivo comum de combater a dominação econômica e militar das potências hegemônicas, unindo-se estrategicamente para desafiar a ordem internacional.

A China e a Reconfiguração dos Três Mundos: A Revisão do EDITORIAL DEPARTMENT OF RENMIN RIBAO, 1977

Primeiramente, Segundo o Editorial Department of Renmin Ribao (1977), o texto "Chairman Mao's Theory of the Differentiation of the Three Worlds – Section 4" afirma ser uma tese de Mao, porém o autor nunca colocou em nenhum documento de forma esclarecida

o que se diz como “teoria” ou “tese”, além disso, enfatiza que, seja necessário que os países do Segundo Mundo se unam, inclusive com os do Terceiro Mundo, para enfrentar a ameaça dos poderes hegemônicos, alegando que essa união deve ser fruto da luta ativa e da resistência, e não de uma conciliação ou apaziguamento com o imperialismo (Editorial Department of Renmin Ribao, 1977). Em outras palavras, o documento deixa implícito que a ideia de se reconciliar com países imperialistas. Algo que jamais foi considerado legítimo ou eficaz dentro da tradição marxista-leninista, pois a verdadeira unidade só se alcança por meio do enfrentamento direto da opressão, como diria lenin:

"Nenhum governo imperialista jamais se renderá ou renunciará à sua dominação, a não ser que seja vencido pela ação revolucionária. Assim, não há meio-termo, nem negociações – o único caminho é a luta total." (LENIN, Vladimir Ilyich. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. Moscou: Progress Publishers, 1964, p. 90).

O editorial do *Renmin Ribao* apresenta o **Segundo Mundo** (Japão, Europa Ocidental, etc.) como uma "força que pode ser unida" na luta contra o hegemonismo, destacando que essas potências imperialistas menores poderiam colaborar na resistência contra as superpotências, EUA e URSS (*EDITORIAL DEPARTMENT OF RENMIN RIBAO*, 1977). Essa posição contrasta com as críticas feitas por *Vive le Maoïsme e Materialisme Dialectique*, que rejeitam qualquer aliança com o Segundo Mundo, argumentando que essas nações também desempenham um papel explorador dentro do sistema imperialista global (*MARXIST LENINIST MAOIST COMMUNIST PARTY OF BANGLADESH et al.*, 2015; PARTIDO Comunista do Peru, 1988).

Essa visão do *Renmin Ribao* reflete uma nuance significativa do **revisionismo de Deng Xiaoping**, que **reinterpretou** a teoria dos Três Mundos para justificar alianças pragmáticas da China com o Segundo Mundo, priorizando interesses diplomáticos e econômicos em detrimento da solidariedade revolucionária internacional (*MARXIST LENINIST MAOIST COMMUNIST PARTY OF BANGLADESH et al.*, 2015; PARTIDO Comunista do Peru, 1988).

De acordo com os escritos do Presidente Mao Zedong, a ideia de reconciliar-se com países imperialistas é incompatível com os princípios da revolução. Para Mao, a luta revolucionária exige uma ruptura total com o inimigo, o que ele sintetiza na máxima de que “a revolução não é um jantar de gala”, ou seja, não há espaço para concessões ou negociações

com os opressores (MAO, 1977). De forma semelhante, Lenin enfatizava que o imperialismo, como estágio máximo do capitalismo, é inerentemente explorador e que qualquer tentativa de conciliação apenas reforçaria o sistema de opressão que a luta revolucionária deve derrubar (LENIN, 1917). Toda a ideia da conciliação veio a partir de Deng Xiaoping.

Três Mundos de Mao Zedong e de Deng Xiaoping

Durante o Primeiro Congresso do Partido Comunista do Peru, realizado em 1988 (oito anos após o início da Guerra Popular no Peru), o PCP apresentou seus documentos fundamentais que sintetizam a essência do marxismo/maoísmo e reforçaram a importância da unidade na revolução mundial. Nesse contexto, a intervenção proferida pelo Presidente Gonzalo destacou a tese (o PCP afirma ser uma tese) dos “três mundos” de Mao Zedong, ressaltando que o peso das massas, as nações oprimidas e a decomposição do imperialismo seriam os pilares para a transformação global. Em contrapartida, o discurso critica veementemente a teoria revisionista atribuída a Deng, a qual é considerada pelo PCP como uma distorção que fragiliza a luta revolucionária ao propor uma interpretação equivocada dos conflitos internacionais. Na fala do Presidente Gonzalo em 1988:

“O Presidente Mao enfatiza novamente a importância da revolução mundial como uma unidade Peso das massas, nações oprimidas, decomposição do imperialismo, para onde leva tudo isso? Delineiam-se três mundos. Sim, a tese do Presidente Mao Zedong; não tem nada a ver com a teoria podre e revisionista dos três mundos de Teng” (PARTIDO COMUNISTA DO PERU, 2020)

Após o fim da Revolução Cultural e o declínio das políticas de Mao Zedong, a China passou por um processo de profunda transformação e reavaliação de sua posição no cenário internacional. Mas antes disso, já foram vistos os princípios deste declínio; em 10 de abril de 1974, durante a 6ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, Deng Xiaoping, então Vice-Premier, proferiu um discurso que marcou o início da política de “reforma e abertura”. Ao apresentar uma nova visão das relações internacionais, ele rompeu com as teses maoístas, que priorizavam a luta de classes e o marxismo, propondo, em vez disso, uma divisão do mundo em três mundos interconectados: o Primeiro, composto pelas superpotências; o Segundo, formado pelos países desenvolvidos; e o Terceiro, reunindo os países em

desenvolvimento. Essa abordagem sinalizava uma mudança de paradigma, voltada para a modernização econômica e a integração da China na ordem mundial, afastando-se das rígidas diretrizes estabelecidas pelo regime maoísta. Deng Xiaoping na ONU:

"A julgar pelas mudanças nas relações internacionais, o mundo de hoje consiste, na verdade, em três partes – ou três mundos – que são ao mesmo tempo interligados e contraditórios entre si. Os Estados Unidos e a União Soviética compõem o Primeiro Mundo. Os países em desenvolvimento da Ásia, África, América Latina e de outras regiões formam o Terceiro Mundo. E os países desenvolvidos que se situam entre os dois constituem o Segundo Mundo." (DENG, 1974)

A classificação de Deng Xiaoping, que designa os países do Terceiro Mundo como “em desenvolvimento”, desconsidera as profundas contradições estruturais apontadas pela tese marxista de Mao Zedong sobre o *capitalismo burocrático*. De acordo com Mao, o capitalismo burocrático caracteriza-se pela “fusão entre a burocracia estatal e a elite capitalista, que, ao se aliar aos interesses do poder econômico internacional, reprime a participação genuína das massas e perpetua a exploração” (MAO, 1977, p. 68). Segundo essa perspectiva, essas nações não se encontram simplesmente em uma fase transitória de modernização, mas sim enredadas em um sistema no qual o Estado se funde com o capital monopolista e com a elite latifundiária, perpetuando relações semifeudais (como o gamonalismo e a servidão) que bloqueiam uma modernização autêntica e mantêm o relações pré-capitalistas para servir aos interesses imperialistas (AMORIM, 2017; MARTÍN MARTÍN, 2007).

Deng Xiaoping na Assembleia Geral da ONU, promoveu uma visão estratégica onde o **Terceiro Mundo** deveria se aliar ao **Segundo Mundo** para conter o domínio das superpotências (Estados Unidos e URSS). Essa abordagem, descrita como uma “teoria revisionista” por críticos maoístas (*Vive le Maoïsme e Materialisme Dialectique*), pois ignora as contradições de classe internas do Segundo Mundo, que também explorava e oprimia as nações do Terceiro Mundo.

O Presidente Gonzalo, chefatura do Partido Comunista do Peru, enfatizou que a aliança com potências imperialistas menores representava uma traição ao ideal revolucionário, já que essas nações não deixaram de atuar como agentes do imperialismo global, como aponta o texto do PCP:

“As potências imperialistas menores não constituem aliadas, pois continuam vinculadas ao domínio e à exploração imperialista, especialmente sobre as nações do Terceiro Mundo” (*PARTIDO Comunista do Peru, 1988*).

Ao desconsiderar a análise dialética de Mao Zedong, Deng moldou uma nova interpretação dos Três Mundos como uma justificativa para alianças pragmáticas. Segundo o documento conjunto de organizações maoístas (*MARXIST LENINIST MAOIST COMMUNIST PARTY OF BANGLADESH et al., 2015*), Deng utilizou essa teoria para justificar relações estreitas entre a China e países do Segundo Mundo, como o Japão e a Alemanha, alinhando-se contra a URSS, percebida como a maior ameaça ao governo chinês na época.

Foi o imperialismo estadunidense quem havia rechaçado reconhecer a China socialista, de 1949 até 1971. Em consequência da luta dos povos do mundo inteiro, Nixon se viu obrigado a reconhecer o regime de Mao e aceitou viajar a Pequim. Era o primeiro passo perante o restabelecimento dos direitos da China na ONU e nas organizações internacionais. Que o imperialismo americano se veja obrigado, depois de 22 anos de boicote, a tratar a China de igual para igual, era uma grande vitória para o socialismo na China.

O desenvolvimento das reformas de abertura econômica da China, foram consideradas pelo Partido Comunista do Peru e pelos maoístas franceses (*VIVE le Maoïsme, 1988*) como um abandono da luta revolucionária global e um alinhamento com o imperialismo. Gonzalo afirmou que essa política minava a estratégia revolucionária ao legitimar as potências imperialistas como “aliados” temporários, em detrimento das lutas anticoloniais e proletárias:

“Deng Xiaoping ao buscar alianças com as superpotências enfraqueceu a linha revolucionária ao permitir que os imperialistas ditassem os termos, especialmente em detrimento das nações oprimidas” (*VIVE le Maoïsme, 1988*).

Deng também reduziu o conceito dos Três Mundos a um artifício diplomático que colocava a China como líder do Terceiro Mundo. No entanto, essa abordagem ignorava a luta de classes global, priorizando o nacionalismo chinês em detrimento da solidariedade revolucionária internacional. Como descrevem as organizações maoístas:

“Deng transformou os Três Mundos em uma justificativa revisionista para alianças convenientes que priorizavam os

interesses nacionais chineses, afastando-se da luta antirrevisionista e anti-imperialista” (*MARXIST LENINIST MAOIST COMMUNIST PARTY OF BANGLADESH et al.*, 2015).

Por fim, os críticos de *Les Materialistes, Vive le Maoïsme*, Communist Party Marxist-Leninist-Maoist Bangladesh e o Partido Comunista do Peru destacaram que o desvio de Deng Xiaoping desvirtua a essência da revolução mundial. Deng abriu espaço para a restauração do capitalismo na China e para a cooptação dos movimentos comunistas globais pelo revisionismo. Essa distorção não apenas traiu os princípios de Mao Zedong, mas também enfraqueceu a luta antirrevisionista e anti-imperialista em escala global:

“Deng Xiaoping abandonou os fundamentos do maoísmo, utilizando o rótulo de ‘países periféricos’ para justificar a subordinação estrutural das nações ao imperialismo, perpetuando uma lógica exploratória e antidemocrática” (*PARTIDO Comunista do Peru, 1988; VIVE le Maoïsme, 1988*).

Os rótulos usados por Deng como “países em desenvolvimento”, “países periféricos” e “países dependentes” mascaram a realidade de nações estruturalmente subordinadas a uma lógica de exploração contínua e perpétua enquanto existir a realidade global de países imperialistas, aliado aos resquícios de estruturas históricas pré-capitalistas, impede o florescimento de um modelo autônomo e democrático de desenvolvimento (AMORIM,, 2017)

De acordo com Franciel Coelho Luz de Amorim, 2017:

“A referida tese do capitalismo burocrático, a partir da sua aplicação teórica metodológica, nos aponta para uma estrutura concentrada da propriedade agrária, reinante em países de terceiro mundo, que os tornam essencialmente atrasados, semifeudais e dominados pelo imperialismo. O latifúndio, e sua atrelação ao grande capital, centraliza um regime de propriedade do solo, que emergiu desde o processo de colonização e que se mantém intacto em suas principais bases de existência (concentração da terra, natureza ou regime de propriedade pré-capitalista etc.). As modificações decorrentes no âmbito político e administrativo da nação (independência,

república, etc.) foram sendo moldados pelos interesses destes gamonales, senhores ou coronéis da terra, sendo a concentração e a monopolização da terra, o marco econômico no contexto, essencialmente agrário, de aplicação destas básicas mudanças estruturais.” (AMORIM, 2017)

Com isso, Martín Martín (2005), a resolução para o problema do capitalismo burocrático passa pela superação das estruturas que perpetuam a concentração da terra e as relações semifeudais (pré-capitalistas). Em sua análise, ele defende que somente uma transformação revolucionária, que promova a redistribuição da terra e a emancipação do campesinato, poderá romper com o domínio imperialista e com a aliança entre o Estado e as elites latifundiárias, abrindo caminho para uma soberania nacional. A análise de Martín Martín (2005), acrescenta um salto qualitativo para a classe trabalhadora onde ela, deveria quebrar com as relações de produção do velho Estado.

Abertura Econômica da China como Potência Global

Nos últimos anos, a China consolidou-se como a segunda maior economia mundial, representando aproximadamente 18% do PIB global em 2023. Essa ascensão reflete-se em seu papel de liderança no comércio internacional e em investimentos crescentes na América Latina. (BANCO MUNDIAL, 2024). A ascensão da China ao status de potência global representa uma transformação significativa na ordem internacional. Antes categorizada como parte do Terceiro Mundo, a China consolidou sua posição como potência econômica e militar, desafiando a hegemonia tradicional do Ocidente (TRICONTINENTAL, 2024)

O Processo Estrutural que Forma Monopólios e Promove a Exportação do Capital, Gerando uma Competição Intensa entre Potências Capitalistas.

As expansões territoriais, a dominação, o controle e a imposição de ideias por meio das guerras, ocorreram muito antes do advento das sociedades capitalistas e feudais. Ao desenvolver sua análise, Lênin se empenhou em entender as forças contrárias (contradições) que movem o seu objeto de estudo (o capital) e chegou à conclusão de que foi evidenciada uma nova fase: o capitalismo monopolista; conseqüentemente, a fase superior, dada a nomenclatura de *imperialismo* (LÊNIN, 1916). Um de seus exemplos, sobre este fenômeno,

foram os Bancos Alemães do século XX: "os bancos desempenham um papel central no imperialismo, especialmente os bancos da Alemanha, que, através de suas vastas operações financeiras, não apenas controlam a economia interna, mas também se tornam agentes de expansão colonial e de dominação internacional" (LENIN, 1916). Lenin continua:

“O mundo capitalista contemporâneo se fragmenta em múltiplas potências imperialistas que competem ferozmente pelo controle dos mercados e pela apropriação das fontes de matérias-primas, o que resulta em uma dinâmica de conflitos e guerras interimperialistas.” (LENIN, 1916)

A noção de imperialismo, conforme delineada por Vladimir Lenin, representa uma fase avançada do capitalismo, caracterizada pela fusão do capital bancário e industrial. Essa fusão resulta na formação de uma oligarquia financeira que busca a expansão de seus mercados e o controle de recursos naturais em escala global. Lenin argumenta que o imperialismo transcende a mera política externa, configurando-se como uma lógica intrínseca ao funcionamento do capitalismo, que inevitavelmente gera conflitos entre potências imperialistas (LENIN, 1916). Os conflitos bélicos entre as nações imperialistas são as consequências do capitalismo monopolista na partilha de terras do mundo, essas consequências podem vir a surgir em última instância nas preferências por matéria-prima de uma determinada região já explorada por outras nações.

Segundo Holland e Barbi (2010), o capital monopolista estatal da China expande-se globalmente por meio de investimentos diretos internacionais, impulsionado pela consolidação de grandes empresas competitivas, mudanças econômicas, políticas cambiais e possíveis ambições hegemônicas. Os autores destacam que os capitais chineses buscam recursos energéticos, alimentos e parcerias estratégicas, como *joint ventures*, em uma clara movimentação competitiva mundial. Embora a China seja a principal receptora de investimentos diretos estrangeiros entre economias em desenvolvimento e países asiáticos (superada apenas pelos EUA), historicamente não se destacou como origem significativa desses fluxos. Os estudiosos (das pesquisas de Holland e Barbi) ressaltam o crescimento acelerado de seus investimentos internacionais, exemplificado pela evolução dos valores de IDE: de US 2,19 bilhões no anos 1990 para US 52,15 bilhões em 2008, saltando de menos de 4% para mais de 18% do total direcionado a economias em desenvolvimento em duas décadas.

- *Empresas Multinacionais e Fusão de Capitais*: A concentração de poder econômico em corporações transnacionais, que combinam capital industrial, financeiro e tecnológico, reflete a crítica de Lenin ao capitalismo monopolista (LÊNIN, 1917). Hoje, empresas como Apple, ExxonMobil e Amazon operam como atores globais que influenciam políticas nacionais e exploram mão de obra em países subordinados ao capitalismo burocrático.

- O FMI e o Banco Mundial, sob a égide do Consenso de Washington, impuseram políticas de ajuste estrutural (privatizações, austeridade) a países do terceiro mundo, consolidando a subordinação econômica. Essas práticas são criticadas por reforçarem desigualdades globais.

Origem da Abertura Econômica da China segundo Pao-yu Ching

Com a morte de Mao Zedong em setembro de 1976, um grupo formado por capitalistas – que, segundo Ching (2019), podem ser considerados “traidores de classe” – dentro do Partido Comunista Chinês teria organizado um golpe, prendendo a “Gangue dos Quatro” (Jiang Qing, Yao Wenyuan, Zhang Chunqiao e Wang Hongwen) e assumindo o poder político. Após esse episódio, o novo regime passou a divulgar sua própria interpretação do desenvolvimento histórico da revolução, denunciando a Revolução Cultural como um erro cometido por Mao em sua velhice (CHING, 2019).

Liderado por Deng Xiaoping, o governo recém-instaurado afirmou não ter um plano pré-estabelecido para a Reforma e Abertura, alegando que “atravessaria o rio tateando as pedras” – uma metáfora que indicava que as mudanças ocorreriam de forma gradual (CHING, 2019). Apesar dessa retórica, análises das políticas implementadas apontam que as reformas seguiam um plano estruturado, que incluía iniciativas capitalistas já tentadas nas décadas de 1950 e 1960 sem êxito. Dessa forma, para dissimular a natureza dos projetos, o governo passou a afirmar que se tratava de um “socialismo com características chinesas” (CHING, 2019).

Ching (2019) destaca que Deng Xiaoping, ao ser descrito como o arquétipo da “Reforma e Abertura” capitalista, reconheceu a necessidade de estreitar a colaboração com o capital estrangeiro para fortalecer a economia chinesa. Contudo, devido à memória de agressões imperialistas, parte dos membros do Partido Comunista temia que essa aproximação pudesse

comprometer a independência nacional. Essa tensão ficou evidente nas negociações da China com o GATT durante os anos 1980 e início dos 1990, quando o país demonstrava relutância em ceder demasiadamente (CHING, 2019).

Na segunda metade dos anos 1990 – intensificada após a crise asiática de 1997 – o governo chinês foi compelido a flexibilizar suas condições, culminando com a adesão à OMC (Organização Mundial do Comércio) em 2001. Nesse contexto de crise global de superprodução, os líderes liberais, como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, promoveram a remoção de barreiras à expansão do capital, enquanto os reformadores chineses buscavam incorporar o capital internacional como motor de desenvolvimento (CHING, 2019).

Além disso, Deng adotou a ideologia capitalista da vantagem comparativa, acreditando que o vasto contingente de trabalhadores disciplinados do país poderia favorecer a posição da China na divisão internacional do trabalho, especialmente na exportação de produtos intensivos em mão de obra, estratégia que, segundo Ching (2019), se espelhava em modelos já testados em Taiwan e Hong Kong. Em consonância com essa política, a liderança revisionista transformou a China em uma potência capitalista, mas sob o rótulo de “Socialismo com Características Chinesas”.

Para legitimar as profundas mudanças no campo econômico e social, os reformistas também promoveram uma nova ideologia, veiculada por meio de slogans como “Deixe que alguns enriqueçam primeiro” e “O desemprego é algo positivo, pois os trabalhadores se dedicam mais se temem perder seus empregos” (CHING, 2019). Tais medidas incluíram a reestruturação da organização industrial, que passou a conferir maior autonomia aos diretores de fábrica para administrar as empresas e disciplinar os trabalhadores, impactando diretamente os direitos básicos dos indivíduos, como o acesso a um emprego digno, saúde, habitação, aposentadoria e educação (CHING, 2019).

Por fim, a análise de Ching (2019) aponta que, apesar da retórica de um novo socialismo, os reformadores recorreram a práticas e ideologias que remetem ao antigo modelo capitalista liberal, evidenciando que, na prática, o que se implementou foi “capitalismo com características chinesas” – como afirmam muitos trabalhadores e camponeses após décadas de transformação (CHING, 2019).

Foi possível observar que a trajetória da China contemporânea, sob a liderança do Partido Comunista Chinês, reflete uma contradição fundamental: a manutenção de um regime político autoritário que, embora se autodenomine socialista, opera dentro de um sistema econômico que privilegia as relações capitalistas e imperialistas. Essa dinâmica não apenas perpetua a exploração interna, mas também reforça as relações de capitalismo burocrático com as potências imperialistas, evidenciando a transformação da China em um agente social-imperialista no cenário global (TURNER, N. B, 2015). TURNER, N., 2015, continua:

Uma razão importante pela qual o Estado e o Partido na China têm mais influência sobre as corporações capitalistas privadas do que é comum em outros países capitalistas-imperialistas é que os proprietários e gerentes dessas corporações privadas são frequentemente membros do PCCh! Um número muito grande desses "capitalistas vermelhos" se juntou ao PCCh nos últimos doze anos. Um segundo grupo de "capitalistas vermelhos" já estava no PCC quando se tornaram capitalistas! Em 1992, o PCC começou a incentivar seus membros a abrir seus próprios negócios privados. Isso ficou conhecido como xiahai, ou "mergulhar no mar" em um empreendimento privado. Esses capitalistas xiahai estavam agindo de acordo com a famosa advertência de Deng Xiaoping de que "ficar rico é glorioso", e geralmente mantiveram sua filiação no PCCh para preservar suas conexões políticas e influência. Em 2002, cerca de um quinto dos empreendedores privados da China já eram membros do PCCh, e dois terços deles eram capitalistas xiahai. Alguns dos maiores "capitalistas vermelhos" da China agora aparecem na lista da Forbes dos bilionários do mundo!

TURNER, N. (2015), também discute a questão sobre o Brasil:

No Brasil, o investimento direto estrangeiro (IDE) da China também se concentrou principalmente nas indústrias de energia e metais até 2010. Em 2011, no entanto, apenas cerca de 20% do novo fluxo de IDE da China foi para mineração, com outros 20% em agronegócio e cerca de 50% no setor de tecnologia. A China começou a fazer alguns investimentos

significativos nas áreas de manufatura e infraestrutura do Brasil, como na produção e distribuição de eletricidade, uma tendência que o embaixador da China no Brasil indicou recentemente que será intensificada. A China tem sido o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. De acordo com uma fonte, de 1990 a 2009, o Brasil representou 3,5% do IDE chinês no exterior, mas esse número realmente disparou desde então. O estoque do IDE da China no Brasil antes de 2009 era de apenas cerca de 200 milhões de dólares, mas aumentou para mais de 21 bilhões de dólares no período de 2009 a 2012.

O avanço econômico da China foi impulsionado por uma estratégia agressiva de investimentos diretos estrangeiros (IDE). Bancos chineses, como o Banco de Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação da China, concederam mais empréstimos para "desenvolvimento" em 2005 do que o Banco Mundial e os Bancos Interamericanos de Desenvolvimento juntos (PCI MAOISTA, 2024). Esses financiamentos, segundo análises, priorizam o lucro dos imperialistas chineses, reforçando o interesse econômico do capital chinês na América Latina e em outras regiões (PCI MAOISTA, 2024).

A China, anteriormente associada ao Terceiro Mundo, consolidou-se como uma potência econômica, reconfigurando a hierarquia global (TRICONTINENTAL, 2024). Em 2023, o Brasil exportou US\$ 105,7 bilhões para a China, representando 30,7% de suas exportações totais (BRASIL, 2024). Esse volume concentra-se em commodities como soja (73,1% do total exportado), petróleo (46,6%) e minério de ferro (64,2%) (INVESTE SP, 2022). Essa subordinação reflete uma relação complementar: o Brasil fornece matérias-primas, enquanto a China exporta produtos industrializados, como equipamentos eletrônicos e máquinas (FGV, 2018).

Contexto dos Três Mundos: A China, ao transcender sua antiga posição, cria um eixo Sul-Sul renovado, onde países como o Brasil assumem o papel de fornecedores de recursos naturais, reforçando uma *nova divisão internacional do trabalho* (TRICONTINENTAL, 2024b).

Setores Estratégicos: Energia, Infraestrutura e Mineração

A exploração de recursos naturais no Terceiro Mundo, liderada tanto pelas potências do Primeiro Mundo quanto pela China, caracteriza um padrão de exploração econômica. Como Marioto (2007) destaca, as estratégias econômicas de entrada em mercados internacionais frequentemente perpetuam relações de exploração, em que os países menos desenvolvidos fornecem recursos a preços baixos enquanto importam bens industrializados a custos elevados. Essa dinâmica reflete uma forma de neocolonialismo econômico, exacerbada pelo controle das superpotências sobre as cadeias globais de valor.

A atuação da China em países da América Latina e da África exemplifica essa contradição. Embora os investimentos chineses sejam apresentados como uma parceria benéfica, eles frequentemente criam dependência financeira e estrutural, consolidando um ciclo de exploração econômica (TURNER, 2015).

Os investimentos chineses em setores estratégicos mantêm-se como vetores de integração global, com destaque para energia renovável, infraestrutura e mineração. Nesse contexto, a América Latina emerge como provedora central de recursos naturais, consolidando sua posição no abastecimento de commodities essenciais à transição energética e industrial chinesa (HOLLAND; BARBI, 2010).

1. Energia

A China mantém liderança global em energia renovável, com 279 GW de energia solar e 80 GW de eólica adicionados em 2024, reforçando sua dependência de matérias-primas latino-americanas para produção de tecnologias limpas (REVISTA FORUM, 2025). Embora projetos hidrelétricos em países como Argentina e Equador não figurem em dados recentes, a região segue como destino prioritário para investimentos em infraestrutura energética de grande escala, como redes de transmissão e armazenamento (MONEY TIMES, 2024).

Sendo assim, Budd (2021), fala sobre o processo de modernização econômica da China se articula por meio da intensificação de sua capacidade instalada em energias renováveis, demonstrando uma estratégia que, embora impulsionada pelo crescimento interno, depende fortemente do acesso a matérias-primas provenientes de países em desenvolvimento”. No contexto global, a busca por tecnologias limpas tem sido acompanhada de investimentos

direcionados à expansão de infraestrutura energética – o que inclui a construção de redes de transmissão e armazenamento, em regiões estratégicas da América Latina.

2. Infraestrutura

Budd (2021) também observa que a estratégia chinesa não se limita à exploração de recursos, mas também envolve a implementação de uma infraestrutura integrada que facilita a logística e a competitividade de suas cadeias produtivas. Na América Latina, a construção de portos, ferrovias e rodovias exemplificada em projetos como o da Ferrogrão está diretamente ligada à ampliação da influência chinesa no mercado internacional, fruto de uma política de flexibilização regulatória que favorece a entrada de investimentos estrangeiros (IDE).

3. Mineração

A mineração constitui o eixo central da relação sino-latino-americana, sendo um instrumento estratégico para a projeção imperialista chinesa. Segundo Budd (2021), a concentração de atividades no refino de minerais estratégicos – como o lítio –, em regiões com alta concentração de recursos, evidencia uma política de controle que visa assegurar a posição dominante da China no mercado global. Nesse sentido, o Triângulo do Lítio – formado por Argentina, Bolívia e Chile – apresenta não apenas vastas reservas, mas também desafios ambientais significativos, tais como o esgotamento de aquíferos e a degradação de solos. Tais impactos citados anteriormente, ressaltam os efeitos colaterais das práticas imperialistas contemporâneas, sobretudo quando a expansão econômica se dá sem o devido equilíbrio ambiental.

Paralelamente, a estratégia brasileira de posicionar-se como alternativa no segmento de nióbio e terras raras, com reservas significativas em Minas Gerais, aliada a políticas de incentivo, pode ser entendida como uma tentativa de romper com o modelo tradicional de exportação de commodities brutas. Assim, a submissão de países exportadores, decorrente da carência tecnológica e da limitada agregação de valor nas cadeias produtivas locais, reforça a assimetria entre os países de origem de matérias-primas e os centros de processamento, onde a China detém maior capacidade para agregar valor aos recursos minerais.

Perspectivas Geopolíticas

As restrições chinesas à exportação de tungstênio e telúrio (HOLLAND; BARBI, 2010) intensificam a competição por minerais críticos, pressionando a América Latina a diversificar mercados. Enquanto a Europa busca acordos com Brasil e Chile para reduzir trocas desfavoráveis, a China amplia controle sobre refinarias regionais, como no caso do lítio boliviano.

Budd (2021) argumenta que a intensificação da competição por minerais estratégicos reflete uma estratégia imperialista contemporânea, enquanto Ribeiro (2010) destaca que as medidas de controle sobre o comércio de lítio e outros minerais são fundamentais para a consolidação do poder econômico chinês no cenário global.

Esses fatores demonstram como a China em sua nova formação econômica, ao mesmo tempo em que promove sua influência global, reforça padrões de subordinação econômica em países historicamente associados ao imperialismo.

BRICS: A Plataforma de Reordenamento Econômico e Político

Objetivo Estratégico

O BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) surgiu como um contrapeso às instituições financeiras ocidentais, como o FMI e o Banco Mundial, evidenciando uma tentativa de reconfigurar o sistema internacional de forma mais inclusiva. Budd (2021) destaca que, dentro do bloco, a estratégia chinesa se orienta para uma cooperação progressiva, na qual a reforma do sistema internacional se torna uma ferramenta para reduzir as desigualdades impostas pelo modelo liberal vigente.

Nesse contexto, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), cuja aprovação de bilhões em projetos demonstra seu potencial transformador, representa uma alternativa aos tradicionais canais de financiamento, priorizando investimentos em infraestrutura sustentável e fomentando o desenvolvimento dos países em formação. A predominância da China no PIB do BRICS e sua posição como principal parceiro comercial entre os membros reforçam sua centralidade na nova ordem econômica global, mesmo que essa liderança gere tensões, como a rivalidade com a Índia.

Ademais, Sison (2017) aponta que a recente expansão do bloco, com a inclusão de novos membros, como Egito e Arábia Saudita, intensifica a competição por influência,

evidenciando estratégias que muitos autores associam a uma forma contemporânea de imperialismo financeiro. Essa reconfiguração do poder, segundo esses estudos, reflete não apenas a busca por maior autonomia monetária (por meio da desdolarização) mas também a intenção de replicar, dentro do NDB, mecanismos de controle semelhantes aos exercidos pelas instituições ocidentais tradicionais.

Organização de Cooperação de Xangai (SCO): Segurança e Controle Eurasiático. A Essência Eurocêntrica do “Terrorismo”

Origem e Evolução

Fundada em 2001, a SCO inicialmente focava em combater o terrorismo na Ásia Central, mas expandiu-se para incluir projetos de infraestrutura e energia. Em 2024, a SCO integra 10 membros, incluindo Irã e Belarus, e controla 60% das reservas de gás natural da Eurásia. A China consolidou-se como uma potência, utilizando o BRICS e a Organização de Cooperação de Xangai (SCO) como instrumentos estratégicos para reconfigurar a governança global, desafiando a hegemonia ocidental e promovendo uma ordem multipolar (PCI MAOISTA).

O Terrorismo

Segundo a reportagem do *Times of India* (2005), o embaixador chinês em Nova Déli, Sun Yuxi, ofereceu apoio à Índia para reprimir as guerrilhas maoístas – uma postura que, segundo fontes internas, teria sido mais uma manobra diplomática de Pequim do que uma oferta concreta. Na análise apresentada, tais declarações não tinham o intuito de ajudar efetivamente a Índia, mas sim de pressionar o monarca do Nepal, um país cuja instabilidade política é característica do que os teóricos marxistas denominam capitalismo burocrático. Conforme a tese do capitalismo burocrático, esse modelo descreve um sistema em que o Estado se alia a elites econômicas, especialmente grandes proprietários de terra e monopólios financeiros, para manter estruturas semifeudais, como o gamonalismo e a semiservidão, que impedem a verdadeira modernização e mantêm o subdesenvolvimento para servir aos interesses imperialistas (AMORIM, 2017; MARTÍN MARTÍN, 2007). Dessa forma, a iniciativa chinesa pode ser interpretada como parte de uma estratégia mais ampla para eliminar movimentos de libertação nacional que possam ameaçar a ordem estabelecida, consolidando, assim, a hegemonia e o controle sobre os Estados considerados vulneráveis à exploração pelo imperialismo internacional.

De acordo com o próprio PCI (MAOISTA, 2024), a China se configura como uma nova potência social-imperialista que integra o sistema capitalista-imperialista global. Segundo essa análise, Pequim vem expandindo sua influência por meio da intervenção militar em diversos países, adotando uma postura ativa em conflitos civis e nas rebeliões populares, além de fornecer apoio econômico, militar e diplomático a governos locais que compartilham seus interesses estratégicos. Por exemplo, no Chade, a China teria contribuído para a derrubada de um governo desfavorável a seus interesses, substituindo-o por uma administração alinhada, que inclusive manteve uma postura favorável a Taiwan no fornecimento de petróleo.

A intervenção chinesa se estende a outras regiões: no Sri Lanka, a China desempenhou papel significativo no conflito contra o LTTE; no Sul da Ásia, alterou o equilíbrio regional ao entregar armas nucleares ao Paquistão; e interferiu, de forma direta ou indireta, em países como Nepal e Afeganistão. Em África, a influência chinesa manifesta-se tanto pelo apoio político e diplomático – com a orientação de conselheiros militares e o treinamento de seu pessoal diplomático – quanto pela comercialização e fornecimento de equipamentos militares e armamentos aos Estados que se mostram favoráveis ao seu projeto imperial.

Além disso, a China vem se consolidando no mercado internacional de armas, tendo se posicionado, em 2012, como o terceiro maior exportador do mundo. No âmbito militar, o Exército Chinês tem melhorado rapidamente sua eficiência, aproximando-se do padrão de defesa dos Estados Unidos, o que evidencia seu sucesso em construir uma potência exploradora destinada à expansão global. Entretanto, esse mesmo caráter imperialista pode levar Pequim a enfrentar, no futuro, conflitos ocupacionais similares aos que marcaram as intervenções dos EUA em guerras como as do Vietnã, Iraque, Irã e Afeganistão.

Ademais, a China assumiu formalmente responsabilidades na manutenção da paz internacional a partir de 1990, enviando contingentes para operações em países como Libéria, Saara Ocidental, Serra Leoa, Costa do Marfim e República Democrática do Congo. Paralelamente, expandiu sua presença naval em pontos estratégicos, aumentando significativamente o efetivo em locais como o porto de Gwadar, no Paquistão, e na Base Logística Militar de Djibuti. O PCI (MAOISTA, 2024) também destaca que Pequim mantém alianças militares com diversos países africanos, como Sudão, Argélia, Nigéria e Egito, e que oferece treinamento para operar os equipamentos que comercializa, demonstrando, assim, uma atuação comparável à de outras potências imperialistas contemporâneas.

Conectividade e Projeção de Poder

A SCO é vital para a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), com investimentos de US\$ 4,2 bilhões em 2025 em corredores como a "Estrada da Estepe" na Mongólia, ligando Rússia e China. Com isso, a SCO permite à China estabilizar regiões ricas em recursos, como o Cazaquistão, enquanto projeta poder militar através de bases no Tajiquistão .

Tensões Sino-Russas

Apesar da parceria estratégica, China e Rússia disputam influência na SCO. Enquanto Moscou vê o grupo como um meio para conter a OTAN, Pequim o utiliza para consolidar seu domínio econômico. A entrada da Índia e do Paquistão em 2017 exacerbou rivalidades históricas, como o conflito na Caxemira 14.

China: Estratégias de Dominação Imperialista a Partir do IDE

Ao relacionar a análise de Benayon sobre os IDEs e os mecanismos de dependência – conforme evidenciado na transferência de lucros e na limitação do desenvolvimento tecnológico local – com os investimentos diretos estrangeiros realizados pela China em países do terceiro mundo, é possível identificar dinâmicas semelhantes e, em alguns casos, até acentuadas.

Segundo Benayon (1998, p. 161–169), os IDEs operam como instrumentos que, apesar de estimular a modernização pontual de determinados setores, acabam por reforçar estruturas de dependência, nas quais os países receptores permanecem vulneráveis ao controle do capital estrangeiro. No contexto dos investimentos chineses, esse mesmo raciocínio se aplica de maneira particular, pois muitos projetos da China – especialmente aqueles integrados à Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) – são estruturados de forma a atender tanto interesses estratégicos chineses quanto a promover, de maneira superficial, o desenvolvimento dos países do terceiro mundo.

A experiência dos países que recebem IDEs chineses ilustra que, apesar de haver injeção significativa de capital e a modernização de setores como infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações, frequentemente os termos desses investimentos impõem condições que restringem a transferência efetiva de tecnologia e conhecimento. Em vez de estimular a autonomia industrial e tecnológica local, essas operações podem acentuar

a dependência dos países receptores em relação às empresas e ao capital chinês, reproduzindo, assim, o mesmo padrão de subdesenvolvimento apontado por Benayon (1998).

Além disso, a estratégia chinesa muitas vezes envolve a concessão de empréstimos e a implementação de projetos que, embora contribuam para a modernização de infraestruturas essenciais, acabam criando situações de “armadilha da dívida” e de dependência financeira que dificultam a soberania econômica a médio e longo prazo. Dessa forma, tanto no caso dos IDEs analisados por Benayon quanto nos investimentos chineses em países do terceiro mundo, há uma convergência de efeitos: a aparente promoção de desenvolvimento torna-se, na prática, um mecanismo de intensificação da dependência externa, com consequências que vão desde a limitação do desenvolvimento tecnológico até a subordinação das políticas econômicas dos países investidos aos interesses estratégicos do investidor.

CONCLUSÃO

A conclusão do artigo ressalta que a reinterpretação dos Três Mundos por Deng Xiaoping constitui uma estratégia revisionista capaz de reformular a retórica revolucionária em favor de uma abertura econômica pragmática, justificando, assim, alianças com potências imperialistas. Enquanto Mao Zedong, em sua tese original, enfatizava a importância da luta de classes e a necessidade de ruptura total com os opressores, a revisão promovida por Deng buscou adaptar esses conceitos à realidade de um mundo globalizado, em que o engajamento com a ordem internacional era visto como imprescindível para o desenvolvimento. Dessa forma, a “nova China” passou a se posicionar como líder do Terceiro Mundo, não mais exclusivamente com a intenção de promover uma revolução anticolonial, mas também para assegurar o acesso a recursos, mercados e tecnologia por meio de parcerias estratégicas com países que, apesar de suas características de potência imperialista, se mostravam mais flexíveis para colaborações econômicas e diplomáticas.

Essa transformação ideológica – que desloca o foco da emancipação revolucionária para a modernização econômica – permitiu à China justificar suas relações com estados tradicionalmente classificados como imperialistas e, ao mesmo tempo, inserir-se de maneira assertiva no sistema econômico global. Em síntese, o revisionismo de Deng Xiaoping representa uma mudança profunda na política externa chinesa, pois ao abandonar os preceitos autoritários e revolucionários do passado, cria um novo paradigma no qual

alianças pragmáticas são instrumentais para a consolidação do poder nacional e o acesso a vantagens estratégicas no cenário internacional, perpetuando, assim, uma forma reconfigurada de imperialismo que dialoga com as complexidades da globalização contemporânea.

Referências:

1. **AMORIM, Franciel Coelho Luz de.** A categoria marxista do capitalismo burocrático: uma tese na explicação da realidade do subdesenvolvimento e do atraso social. *Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco/campus Petrolina*, v. 1, n. 1, p. 37-60, 2017. ISSN 2526-6543. Disponível em: <http://www.revistaescripturas.com/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

2. **BRASIL.** Ministério da Economia. Dados de comércio exterior. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/comercio-exterior>. Acesso em: 5 fev. 2025.

3. **CHING, Pao-yu.** De vitória a derrota: o caminho socialista da China e a reversão capitalista. 1. ed. Paris: Foreign Languages Press, 2019.

4. **CHING, Pao-yu.** Revolução e contrarrevolução: a luta de classes contínua na China desde a Libertação. 2. ed. revisada. Paris: Foreign Languages Press, 2021.

5. **DENG, Xiaoping.** Speech by Chairman of the Delegation of the People's Republic of China at the Special Session of the UN General Assembly, 10 abr. 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: 15 fev. 2025.

6. **EDITORIAL DEPARTMENT OF RENMIN RIBAO.** Chairman Mao's theory of the differentiation of the three worlds: a major contribution to Marxism-Leninism. *Peking Review*, n. 45, 4 nov. 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/erol/ncm-5/theory-3-worlds/section1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2025.

7. **FGV (Fundação Getúlio Vargas).** Aumento no valor adicionado das commodities e a China. 2018. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/7e0e08d1-cfc0-4142-b4b2-993ff3bb4287>. Acesso em: 5 fev. 2025.

8. **HOLLAND, Barbi.** Expansão do capital monopolista estatal chinês via investimentos diretos internacionais. *Revista de Economia Global*, São Paulo, v. 12, https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Holland/publication/46467834_China_na_ameri

[ca_latina_uma_analise_da_perspectiva_dos_investimentos_diretos_estrangeiros/links/0c960519f7eccc37cd000000/China-na-america-latina-uma-analise-da-perspectiva-dos-investimentos-diretos-estrangeiros.pdf](https://www.investe.sp.gov.br/noticia/china-na-america-latina-uma-analise-da-perspectiva-dos-investimentos-diretos-estrangeiros/links/0c960519f7eccc37cd000000/China-na-america-latina-uma-analise-da-perspectiva-dos-investimentos-diretos-estrangeiros.pdf) p. 45-67, 2010.

9. **INVESTE SP.** China e EUA: superpotências são principais fontes do superávit e déficit acumulados pelo Brasil no comércio exterior. 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/china-e-eua-superpotencias-sao-principais-fontes-do-superavit-e-deficit-acumulados-pelo-brasil-no-comercio-exterior/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

10. **LENIN, Vladimir Ilyich.** Imperialismo: fase superior do capitalismo. 1. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

11. **MAO, Zedong.** Selected works of Mao Zedong. Beijing: Foreign Languages Press, 1977.

12. **MARIOTO, F. L.** Estratégia internacional da empresa. São Paulo: Thomson, 2007.

13. **MARTÍN MARTÍN, Víctor O.** Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques? In: IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica. [S.l.]: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco – Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005. Disponível em: <https://gisas.webs.ull.es/archivos/0081.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

14. **MESA-LAGO, Carmelo.** The Cuban Economy: Measurement and Analysis of Socialist Performance. 1. ed. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

15. **MONEY TIMES.** As perspectivas econômicas da China para 2025. *Money Times*, 27 dez. 2024. Disponível em: [URL]. Acesso em: 11 fev. 2025.

16. **PARTIDO COMUNISTA DO PERU.** Chairman Gonzalo on Chairman Mao's Thesis: Three Worlds Delineated. *Tribune of the People News*, 11 set. 2020. Disponível em: <https://tribuneofthepeoplenews.wordpress.com/2020/09/11/chairman-gonzalo-on-chairman-maos-thesis-three-worlds-delineated/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

17. **PARTIDO COMUNISTA DO PERU.** Communist Party of Peru and the Three Worlds. *Les Materialistes*, 1988. Publicado originalmente em *The International Line* do Partido Comunista do Peru. Disponível em: <https://lesmaterialistes.com/english/communist-party-peru-three-worlds>. Acesso em: 15 fev. 2025.

18. **PCI (MAOISTA).** China: uma nova potência social-imperialista! É parte integrante do sistema capitalista-imperialista mundial! 3. ed. Rio de Janeiro: Editora CADM, 2024.

19. **REVISTA FORUM.** China acelera na inovação e se aproxima dos líderes globais. *Revista Forum*, 15 out. 2024. Disponível em: [URL]. Acesso em: 11 fev. 2025.

20.**REVISTA FORUM.** China consolida posição como destino estratégico para investimentos estrangeiros. *Revista Forum*, 9 jan. 2025. Disponível em: [URL]. Acesso em: 11 fev. 2025.

21.**RICONTINENTAL.** Ascensão da China, reconfigurações no Sul Global e implicações para Nuestra América. 2024. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/ascensao-da-china-reconfiguracoes-no-sul-global-e-implicacoes-para-nuestra-america/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

22.**ROSALES V., Antonio.** Restauração capitalista na República Popular da China. Lima: San Marcos, 2008. Disponível em: <https://lis-isl.org/pt/2021/07/09/china-de-la-revolucion-socialista-a-la-restauracion-capitalista/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

23.**TIMES OF INDIA.** Beijing offers to crush maoists. *Times of India*, [S.l.], 2005. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/beijing-offers-to-crush-maoists/articleshow/1276423.cms>. Acesso em: 11 fev. 2025.

24.**TRICONTINENTAL.** Ascensão da China, reconfigurações no Sul Global e implicações para Nuestra América. 2024a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/ascensao-da-china-reconfiguracoes-no-sul-global-e-implicacoes-para-nuestra-america/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

25.**TRICONTINENTAL.** Crise da ordem mundial e a disputa por sua reconfiguração. 2024b. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/crise-da-ordem-mundial-e-disputa-por-sua-reconfiguracao/>. Acesso em: 5 fev. 2025.

26.**TURNER, N. B.** *Is China an imperialist country?: considerações e evidências*. 1. ed. Kersplebedeb, 2015.

27.**TURNER, Oliver.** China and the Third World: empire building or a new era of international relations? *The Pacific Review*, v. 28, n. 5, 2015.

28.Zedong, Mao. *Mao Zedong: Question on Differentiation of the Three Worlds*. Washington, DC: Wilson Center Digital Archive, s.d. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/mao-zedong-question-differentiation-three-worlds>. Acesso em: 09 mar. 2025.

29.MAO, Zedong. *On the Correct Handling of Contradictions Among the People*. In: *Selected Works of Mao Zedong*. Beijing: Foreign Languages Press, 1977. p. 68. Disponível

em: <https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

30.SAUVY, Alfred. *Le tiers-monde*. L'Observateur, 1952.

31.Ribeiro, V. L. (2010). A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico. OIKOS, v.9, n.2, p. 13-35.

32.SISON, J. M. (2017). The Future of Imperialism and Socialism. In *Lenin's Imperialism in the 21st Century* (pp. xx–xx). Institute of Political Economy.

33.BUDD, Adrian. China and imperialism in the 21st century. *International Socialism Journal*, n. 170, p. 123-150, 2021. Disponível em: <http://isj.org.uk/china-imperialism-21/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

34.BENAYON, Adriano do Amaral. Globalização versus desenvolvimento: o jogo das empresas transnacionais – ETNs – e a periferização por meio dos investimentos diretos estrangeiros – IDEs. Brasília: LGE, 1998. 232 p.